

Nota Curricular

Margarida Maria Amaral de Brito dos Santos e Silva Brigido, licenciada em Psicologia, na área de Psicologia Clínica (ISPA, Junho 1995); Mestrado Psicopatologia e Psicologia Clínica (ISPA, Fevereiro 2004); Formação Pós Graduada em: Terapias Comportamental e Cognitiva — vertente crianças e adolescentes (Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva — APTCC versão 2001/04); Terapias Comportamental e Cognitiva — vertente adultos (Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva — APTCC versão 2007/10); Proteção de Menores, Psicologia Comunitária (ISCTE, Versão 2013-2015); Pós Graduação Saúde da Mulher; Mutilação Genital Feminina (Junho 2015)

Assistente Principal da Carreira Técnica Superior de saúde, ramo de Psicologia Clínica (2009), tendo ingressado na Administração Pública em Agosto de 2005, exercendo a sua atividade no Centro de Saúde do Cacém. Atualmente integra a Unidade Recursos Assistenciais partilhados do ACES Sintra. De 1 janeiro de 1996 a 1 setembro de 1998 colaborou de forma ativa, na equipa de saúde Escolar do Centro de Saúde do Cacém. A partir dessa altura, passa a exercer funções como Psicóloga no mesmo Centro de Saúde. Para além do exercício da função assistencial, colabora nos vários programas existentes no centro de saúde (Saúde Materno Infantil, saúde Escolar, Saúde da Mulher e saúde do Idoso). É responsável pela orientação de estágios académicos, profissionais desde 1999. Exerceu as funções de coordenadora da URAP do ACES Cacém-Queluz. Atualmente exerce funções de coordenadora da Equipa Local de Intervenção Precoce Sintra Oriental, desde a sua fundação (2012)

Tem vários trabalhos publicados maioritariamente relacionados com a intervenção psicológica em Cuidados Saúde Primários;

Participou em alguns grupos de trabalho, salientando

Docente, em regime de prestação de serviços, no ISPA, na Licenciatura em Reabilitação e Inserção Social, tendo também colaborado na Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e Saúde mental. Formadora no DFP do ISPA na área dos Cuidados Continuados Integrados.

Faz a Supervisão, formação e coordenação de psicólogos da LINHA SOS SIDA da Liga Portuguesa Contra a SIDA (desde 2000)

208877345

Despacho (extrato) n.º 9610/2015

Para os devidos e legais efeitos e conhecimento dos interessados, publica-se a lista unitária de ordenação final, homologada por despacho do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 12 de agosto de 2015, do procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores Médicos da área hospitalar de Neurologia, com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou de contrato de trabalho sem termo ao abrigo do Código do Trabalho, consoante se trate de, respetivamente, estabelecimentos do setor público administrativo ou entidades públicas de natureza empresarial, aberto através do Aviso (extrato) n.º 14293/2014, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 246, de 22 de dezembro — Referência L, retificado pela Declaração de retificação n.º 140/2015, publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 35 de 19 de fevereiro.

Lista Unitária de Ordenação Final

- 1.ª Camila Ramos Nóbrega — 19,6 valores
- 2.ª Ana Paula Diogo de Sousa — 19,5 valores
- 3.ª Paulo Pacheco dos Santos — 18,5 valores

Candidatos excluídos

Simona Alina Vicas — a)

a) Excluída por não ter comparecido à Discussão Curricular

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso administrativo, no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

12 de agosto de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Nuno Ribeiro de Matos Venade.

208877045

Despacho (extrato) n.º 9611/2015

Para os devidos e legais efeitos e conhecimento dos interessados, publica-se a lista unitária de ordenação final, homologada por despacho do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, de 12 de agosto de 2015, do procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores Médicos da área hospitalar de Psiquiatria, com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou de contrato de tra-

balho sem termo ao abrigo do Código do Trabalho, consoante se trate de, respetivamente, estabelecimentos do setor público administrativo ou entidades públicas de natureza empresarial, aberto através do Aviso (extrato) n.º 14293/2014, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 246, de 22 de dezembro — Referência S, retificado pela Declaração de retificação n.º 140/2015, publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 35 de 19 de fevereiro.

Lista Unitária de Ordenação Final

- 1.º João Carlos Pereira Gama Marques — 18,50 valores
- 2.º José Miguel Soares Jara — 18,00 valores
- 3.ª Eva Maria Ramos Vicente Gonçalves — 17,70 valores
- 4.ª Ana Margarida Monteiro Baptista — 17,00 valores
- 5.º Luís Filipe Pereira Madruga da Costa — 16,00 valores
- 6.ª Maria Teresa Ribeiro Rocha Homem de Melo — 15,50 valores

Candidatos excluídos

João Paulo de Sousa Campos Mendes — a)
Liliana da Silva Pereira Maia Paixão — a)
Sandra Gomes Pereira — a)
Yaroslava Shcheglova dos Santos Martins — a)
Marta Sofia Roque do Nascimento Pereira — b)
Oriana Horta Rendeiro Correia Pinto — b)
Maria Suárez Gómez — b)

a) Desistentes, por terem informado que não iriam comparecer à Discussão Curricular

b) Excluídos por não terem comparecido à Discussão Curricular

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso administrativo, no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

12 de agosto de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Nuno Ribeiro de Matos Venade.

208877231

Direção-Geral da Saúde**Aviso n.º 9402/2015**

Procedimento concursal comum para o recrutamento de trabalhadores, com ou sem vínculo de emprego público, para ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, da carreira e categoria de Técnico Superior (área de gestão financeira e de projetos), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Nos termos do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (aprova da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), conjugados com o artigo 27.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 (aprova da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro) e com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro (alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril), autorizo a abertura do procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior — área de gestão financeira e de projetos para o mapa de pessoal desta Direção-Geral, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente procedimento no *Diário da República*.

1.1 — O presente procedimento concursal foi autorizado pelo Despacho n.º 1125/2015-SEAP, de 10 de abril de 2015, de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (aprova da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho) e do n.º 2 do artigo 47.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 (aprova da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro).

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro (alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril), foi consultada a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA na qualidade de Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), que informou não ter, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, tendo declarado a inexistência, de trabalhadores em situação de requalificação com o perfil adequado ao posto de trabalho a preencher.

3 — Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro (alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril) e o Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).